

## TRANSMISSORA SERTANEJA DE ELETRICIDADE S.A.

CNPJ/MF nº 26.885.182/0001-19

	31/12/19	31/12/18
Receita de Construção - Ativo de Contrato	186.820	44.063
Remuneração do Ativo de Contrato	21.846	12.390
	208.666	56.453
Receita bruta	208.666	56.453
(-) PIS e COFINS	(19.302)	(5.222)
Receita líquida	189.364	51.231

**13 Custo de Construção:** Os custos representam os gastos diretamente ligados à construção da linha de transmissão de energia em 2019:

	31/12/19	31/12/18
<b>Custo de Construção</b>	<b>(103.070)</b>	<b>(24.310)</b>
Máquinas e Equipamentos	(7.073)	(1.668)
Serviços de terceiros	(5.530)	(1.304)
Outras despesas	(115.673)	(27.282)

**14 Resultado Financeiro:** O resultado das operações financeiras, devidamente apropriadas em regime contábil de competência está demonstrado no quadro abaixo:

	31/12/19	31/12/18
Receitas financeiras	1.761	2.112
Receita de aplicações financeiras	1.761	2.112
Despesas financeiras	(7.903)	(6.822)
Juros de empréstimos e financiamentos	(7.093)	(6.785)
IOF de empréstimos	-	(34)
Outras despesas financeiras	-	(3)
Resultado financeiro líquido	(6.142)	(4.710)

**15 Imposto de renda e contribuição social:** As despesas com o imposto de renda e contribuição social nos resultados do exercício em 31/12/19 e exercício de 2018 encontram-se a seguir:

Natureza dos créditos	Base de Cálculo 2019	Alíquota	31/12/19
IRPJ diferido	65.410	25%	16.352
CSLL diferida	65.410	9%	5.887
<b>Total</b>			<b>22.239</b>

**16 Instrumentos Financeiros:** Esta nota apresenta informações sobre a exposição da Companhia a cada um dos riscos a seguir mencionados, os objetivos da Companhia e os gerenciamentos de risco exercidos pela Companhia.

**a. Gerenciamento de riscos:** Visão geral a Companhia apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros: (a) Risco de crédito. (b) Risco de mercado. (c) Risco operacional. Estrutura de gerenciamento de risco - o gerenciamento de risco da Companhia visa identificar e analisar os riscos aos quais está exposta, para definir limites e controles de riscos apropriados e para monitorar riscos e aderência aos limites. A Companhia, por meio do gerenciamento de suas atividades, objetiva desenvolver um ambiente de controle disciplinado e construtivo, no qual todos os empregados entendam os seus papéis e obrigações. A Administração acompanha o cumprimento do desenvolvimento de suas atividades de controle de riscos e revisa a adequação da estrutura de gerenciamento de risco em relação aos riscos enfrentados pela Companhia. O gerenciamento de riscos é feito com base também no nível e no contexto dos grupos de controle dos acionistas da Companhia. **Riscos de crédito:** É o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, oriundas da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de clientes, ativo financeiro e de instrumentos financeiros, conforme apresentado a seguir:

	31/12/19	31/12/18
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	23.437	18.052
Contas a receber - ativo de contrato (Nota 6)	332.432	123.767
	355.869	141.819

**Caixa e equivalentes de caixa** - Representado pelas contas correntes e aplicações financeiras de primeira linha, o que mitiga o risco que a contraparte falhe ao cumprir com suas obrigações. **Contas a receber - Ativo financeiro** - A Administração entende que não é necessária a contabilização de provisão para devedores duvidosos em relação aos seus clientes, considerando que o CUST, celebrado entre o ONS, as concessionárias de transmissão e o usuário, tem como um de seus objetivos: "Estabelecer os termos e as condições que irão regular a administração pelo ONS da cobrança e da liquidação dos encargos de uso da transmissão e a execução do sistema de garantias, atuando por conta e ordem das concessionárias de transmissão." São instrumentos financeiros que garantem o recebimento dos valores devidos pelos usuários às concessionárias de transmissão e ao ONS, pelos serviços prestados e discriminados no CUST: i) Contrato de Constituição de Garantia - CCG e ii) Carta de Fiança Bancária - CFB. As principais vantagens desses mecanismos de proteção estão descritas a seguir: - Riscos diluídos, pois todos os usuários pagam a todos os transmissores. - As garantias financeiras são fornecidas individualmente pelos usuários. - Negociações de pagamento são feitas diretamente entre transmissores e usuários. - No caso de não pagamento, a Companhia, como agente de transmissão, poderá solicitar ao ONS o acionamento centralizado da garantia bancária do usuário relativa ao CCG ou à CFB. **Risco de mercado:** A utilização de instrumentos financeiros, pela Companhia, tem

como objetivo proteger seus ativos e passivos, minimizando a exposição a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito às oscilações de taxas de juros, índices de preços e moedas. Risco de taxa de juros - refere-se aos impactos nas taxas de juros variáveis sobre as receitas financeiras oriundas das aplicações financeiras. Em 31/12/19 e 31/12/18, o perfil dos instrumentos financeiros remunerados por juros variáveis da Companhia era:

Instrumentos financeiros por indexador	31/12/19	31/12/18
<b>Aplicações financeiras</b>	<b>23.213</b>	<b>17.485</b>
CDI	23.213	17.485

**Análise de sensibilidade de taxa de juros variável - aplicações financeiras:** A análise de sensibilidade foi determinada com base na exposição às taxas variáveis dos instrumentos financeiros em aberto no fim do período de relatório. A análise é preparada assumindo que o valor dos ativos a seguir esteve em aberto durante todo o período, ajustado com base na taxa CDI estimada para um cenário provável do comportamento do risco que, caso ocorra, pode gerar resultados adversos para a Companhia. O CDI utilizado para cálculo do cenário provável é referenciado por fonte externa independente, cenário este que é utilizado como base para a definição de dois cenários adicionais com deteriorações de 25% e 50% na variável de risco considerada (cenários A e B, respectivamente). Nos cálculos dos cenários foi considerada uma rentabilidade de 100% do CDI e as outras variáveis envolvidas em cada transação não foram alteradas para os cálculos a seguir. Fonte: taxa utilizada no cenário provável foi estimada com base nas expectativas de mercado, conforme dados divulgados pelo BACEN. Com relação às aplicações financeiras, os cenários A e B consideram uma redução da taxa CDI em 25% e 50%, respectivamente, conforme abaixo:

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável	-25% Cenário A	-50% Cenário B
<b>Ativos Financeiros</b>					
Aplicações financeiras	23.213	Queda da taxa CDI	1.021	766	511
<b>Referência para ativos financeiros</b>			<b>Cenário provável</b>	<b>-25%</b>	<b>-50%</b>
CDI %			4,40%	3,30%	2,20%

(\* Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 4% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. Com relação aos empréstimos e financiamentos, os cenários A e B consideram uma elevação da CDI em 25% e 50%, respectivamente.

Operação	Exposição (R\$ mil)	Risco	Cenário provável	25% Cenário A	50% Cenário B
<b>Passivos Financeiros</b>					
Banco Intesa San Paolo	77.688	Aumento da taxa CDI	3.418	4.273	5.127
Banco Scotiabank	77.219		3.398	4.247	5.096

**Referência para ativos financeiros**

	Cenário provável	25%	50%
CDI %	4,40%	5,50%	6,60%

(\* Demonstra o resultado financeiro para os próximos três meses, considerando CDI médio estimado de 4% para o período, de acordo com a expectativa do mercado. **Risco de inflação** - A receita da Companhia é atualizada anualmente por índices de inflação. Em caso de deflação, as concessionárias terão suas receitas reduzidas. Em caso de repentino aumento da inflação, a Companhia poderia não ter suas receitas ajustadas tempestivamente e, com isso, incorrer em impactos nos resultados. **Risco de captação** - A Companhia poderá enfrentar dificuldades na captação de recursos com custos e prazos de reembolso que sejam adequados ao seu perfil de geração de caixa e/ou suas obrigações de reembolso de dívida. **Risco cambial** - A Companhia está exposta ao risco cambial decorrente de exposição ao dólar dos Estados Unidos. O risco cambial decorre substancialmente de operações com fornecedores em moeda estrangeira, referente a importação de cabos. A Companhia pode atuar na contratação de operações de derivativos, desde que aprovado pela alçada competente. **Riscos operacionais:** Os riscos operacionais são aqueles inerentes à própria execução do negócio da Companhia e podem decorrer das decisões operacionais e de gestão da Companhia e de fatores externos, tais como aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente aceitos de comportamento empresarial. **Risco técnico** - A infraestrutura da Companhia é dimensionada de acordo com orientações técnicas impostas por normas locais e internacionais. Ainda assim, algum evento de caso fortuito ou força maior pode causar impactos econômicos e financeiros maiores do que os previstos pelo projeto original. Nestes casos, os custos necessários para a realocação das instalações em condições de operação devem ser suportados pela Companhia, ainda que eventuais indisponibilidades de suas linhas de transmissão não gerem redução das receitas (Parcela Variável). **Riscos regulatórios** - A Companhia está sujeita à extensa legislação e regulação governamental emitida pelos seguintes órgãos: Ministério de Minas e Energia - MME, ANEEL, ONS e Ministério do Meio Ambiente. **Risco de seguros** - A Companhia contrata seguros de risco operacional e de responsabilidade civil para suas linhas de transmissão e subestações. A Companhia adota os critérios de contratação dos seguros de risco operacional e responsabilidade civil com o intuito de utilizar as melhores práticas adotadas por outras empresas representativas do setor, que consistem em segurar os equipamentos mais relevantes e significativos para a operação, mantendo-os com elevados níveis de segurança aos potenciais sinistros. **b. Categorias de instrumentos financeiros**

Ativos financeiros	Categoria
Caixa e equivalentes de caixa	Valor justo por meio de resultado
Contas a receber - ativo de contrato	Custo amortizado
<b>Passivos financeiros</b>	
Fornecedores	Custo amortizado
Empréstimos e financiamentos	Custo amortizado

Diretor Financeiro: Rogerio Diniz de Oliveira - CPF 002.782.367-70 Contador: Felipe Ferreira - CPF 106.316.117-70 - CRC RJ 111405/0-1

### Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

**Aos Acionistas e Diretores da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A.** - Rio de Janeiro - RJ: **Opinião:** Examinamos as demonstrações financeiras da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/19 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Transmissora Sertaneja de Eletricidade S.A. em 31/12/19, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: - Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. - Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. - Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. - concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional. - Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. Comunicamos-nos com a administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 30/03/20. KPMG Auditores Independentes CRC SP-014428/O-6 F-RJ; Alexandre Vinicius Ribeiro de Figueiredo - Contador CRC RJ-092563/G-1

Id: 2249188

# Serviço de Atendimento ao Cliente da

# Imprensa Oficial do Estado do Rio de Janeiro:

# 0800-2844675

Telefone: